



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ACTA Nº. 3/99 SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO DE 1999 25 de Fevereiro de 1999

Os trabalhos foram declarados abertos às 20.50 horas.

Mesa da Assembleia constituída por : Presidente, Senhor António Ramos Preto.

Primeiro Secretário, Senhora Maria Arlete Rodrigues.

Segundo Secretário, Senhor Luis Batista Nunes.

Membros presentes: Todos, com excepção dos Senhores António Andrade Silva e Catolino Pinto, conforme consta da relação anexa.

Presenças da Câmara Municipal: Senhor Presidente Joaquim Raposo, as Senhoras Vereadoras Judite Pinto e Helena Bastos, os Senhores Vereadores Cumbre Tavares, Carlos Silva, Gabriel Oliveira, Fernando Pereira e Miguel Gabriel.

I – TOMADA DE POSSE

O Senhor Presidente da Assembleia informou que se encontravam na Mesa dois pedidos de suspensão de Mandato, sendo o primeiro da Senhora Elisabete da Silva Ferreira e o segundo do Senhor Manuel Ferreira Vieira, ambos por um período de trezentos e sessenta e cinco dias, os quais foram lidos pelo Primeiro Secretário.

De seguida, colocou os pedidos de suspensão à discussão, e não havendo intervenções, foram os mesmos submetidos à votação, sendo ambos aprovados por unanimidade dos 27 Membros presentes (Documentos anexos à presente Acta).

Foi dada posse à Senhora Maria Luisa de Jesus Mendes Jubilado e ao Senhor Mário Miguel Alves dos Santos Rodrigues, suplentes das listas da Senhora Elisabete da Silva Ferreira e do Senhor Manuel Ferreira Vieira, respectivamente (Documentos anexos à presente Acta).

Lu C.
Agostinho

Findas as tomadas de posse, o Senhor Presidente da Assembleia deu este período por encerrado.

II - ORDEM DE TRABALHOS

1 - Apreciação, nos termos da alínea d) do n.º 1 do Art.º 39.º do Dec.-Lei n.º 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 18/91, de 12 de Junho, da *informação escrita do Presidente da C.M.A. sobre a Actividade Municipal*;

2 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea d) do n.º 2 do Art.º 39.º do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei 18/91, de 12 de Junho, conjugados com o n.º 6 do Art.º 14.º do Dec. Lei 69/90, de 2 de Março, da deliberação da C.M.A. referente à *"Alteração ao Regulamento e à Planta de Síntese do Plano de Pormenor dos Quarteirões 15 e 16 - Brandoa"*;

3 - Emissão de Parecer, nos termos do Art.º 7.º da Lei n.º 8/93, de 5 de Março, sobre *"Projecto de Lei n.º 439/VII - Criação da Freguesia de Moínhos da Funcheira no Concelho da Amadora"*.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou a Ordem de Trabalhos à discussão e não havendo intervenções, submeteu-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos 32 membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

III - CORRESPONDÊNCIA

Procedeu-se à leitura do resumo constante da folha que se anexa com esse título.

IV – APROVAÇÃO DE ACTAS

Foram colocadas à consideração da Assembleia as Actas números 13/98, 14/98, 1/99 e 2/99.

De seguida, foram colocadas à discussão, tendo-se inscrito os Senhores José Graça, António Nunes, José Fernandes, José Teodoro e Mário Ventura.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O Senhor José Graça, na sua intervenção, disse que relativamente à Acta nº. 13/98, falou sobre o licenciamento de canídeos, e na altura leu o Decreto-Lei nº. 317/85, mas nem uma só palavra desse Decreto está mencionada na Acta.

O Senhor Alves Nunes, na sua intervenção, disse que na Acta nº. 14/98, em que foi discutido o Plano de Actividades e Orçamento do Ano de 1999, este mereceu uma larga participação, discussão e debate, mas está extremamente sucinta, pelo que solicitou que a mesma não fosse submetida à votação sem que antes fosse corrigida, particularmente nalgumas intervenções que houve, como as dos Senhores Manuel Jerónimo, José Fernandes, Júlio Correia, José Teodoro, Armando Paulino e da sua onde, disse, foi seu “cavalo de batalha” as verbas destinadas às Freguesias.

O Senhor José Fernandes, na sua intervenção, falou sobre a Acta nº. 14/98, dizendo que a mesma refere-se à discussão do Plano de Actividades onde, foi o mais abrangente possível e apesar das actas deverem ser sucintas, neste caso estariam em demasia, pois deverão reflectir minimamente quais os assuntos abordados, pelo que sugeriu a sua rectificação.

O Senhor José Teodoro, na sua intervenção, falou sobre a Acta nº. 13/98, dizendo que as actas da Assembleia Municipal podem ser lidas por qualquer pessoa, e quando na Sessão foi abordado o problema do Iraque, não estavam em causa as pessoas e a visão que cada uma delas tinha do problema, mas as preocupações sociais que foram referidas, porque o que estava em causa eram os problemas sociais que os povos do Iraque e os povos a nível mundial poderiam sofrer.

O Senhor Mário Ventura, na sua intervenção, disse parecer-lhe importante destacar nas actas, ainda que em duas ou três linhas, o conteúdo das declarações que os membros fazem.

Findas estas intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia retirou as Actas nº.s 13 e 14/98, tendo em vista a sua rectificação.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação as Actas nº.s 1 e 2/99, sendo aprovadas por maioria com 30 votos a favor e 3 abstenções.

Handwritten signature in blue ink.

Finda a votação, o Senhor Presidente deu este ponto por encerrado.

V - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Senhor Presidente da Assembleia abriu este período, tendo-se inscrito os Senhores Luis Rodrigues, Belmiro Neves, Carlos Jerónimo, João Cachinho, Ramiro Machado e Ismael Pimentel.

O Senhor Luis Rodrigues, morador na Rua Soeiro Pereira Gomes, Damaia de Cima, na sua intervenção, referiu que esta tem falta de estacionamento, e por esse facto, cerca de sessenta moradores são forçados a cometer diariamente infracções, pois têm de estacionar as viaturas sobre os passeios. Este estacionamento, disse, não incomodava os peões, na medida em que o passeio tem cerca de quinze metros de largura. No entanto, os serviços, ao invés de proceder à alteração do passeio por forma a criar espaços de estacionamento, resolveu barrá-lo com pinos. Por outro lado, disse não entender porque ainda não foram colocados pinos na Rua Natália Correia, local em que o estacionamento abusivo prejudica a circulação dos peões e dos autocarros. Informou, que junto ao IC 19, existe algum estacionamento disponível mas, devido à deficiente iluminação e à consequente falta de segurança de pessoas e bens, os residentes escusam-se a estacionar neste espaço. Informou igualmente, que toda a zona continua a ter graves problemas na recolha do lixo e de higiene urbana. Por fim, fez as seguintes perguntas: Como e quando a Câmara irá resolver os problemas de estacionamento na Rua Soeiro Pereira Gomes e zonas envolventes? Como e quando a Câmara vai resolver o problema dos lixos e higiene urbana, na ex-Urbanização Caneças? Como e quando a Câmara vai resolver os problemas de iluminação na Rua Soeiro Pereira Gomes e zonas envolventes? Apesar de não ser competência da Câmara resolver os problemas de segurança de pessoas e bens, que medidas pensa a Câmara tomar, ou que contactos pensa fazer, junto das autoridades competentes, por forma a minimizá-los?

O Senhor Belmiro Neves, morador na À-da-Beja e em representação da Comissão Promotora da Freguesia da À-da-Beja, procedeu à leitura de um documento (anexo à presente Acta).



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O Senhor Carlos Jerónimo, na sua intervenção, defendeu a criação da Freguesia de À-da-Beja.

O Senhor João Cachinho, na sua intervenção procedeu à leitura de um documento (anexo à presente Acta), relativo à À-da-Beja.

O Senhor Ramiro Machado, em representação da Associação de Feirantes do Distrito de Lisboa, procedeu à leitura de um documento (anexo à presente Acta), relativo à Feira da Brandoa.

O Senhor Ismael Pimentel, na sua intervenção, defendeu a criação da Freguesia de À-da-Beja e apelou à Assembleia Municipal o apoio desta iniciativa.

O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para informar que a Assembleia havia tomado devida nota das pretensões dos munícipes, nomeadamente as manifestadas sobre a criação da Freguesia de À-da-Beja.

De seguida, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que respondesse às questões colocadas pelos munícipes.

O Senhor Presidente da Câmara, na sua intervenção, falou sobre o estacionamento na Damaia, informando que iriam ser aumentados os espaços para esse efeito, estando a ser construído pela REFER um parque de estacionamento subterrâneo e, em fase de conclusão, um outro de superfície. Por outro lado, disse, foram aprovados pela Câmara, dois concursos para construção de mais dois parques de estacionamento subterrâneo e de superfície. Estão ainda em vias de lançamento de concurso, mais três parques, e um quarto em estudo. Relativamente à iluminação, informou ter sido aprovado um pacote de ruas com carências em todo o concelho, estimando-se um investimento na ordem dos trezentos e sessenta mil contos para os próximos dois anos.

Quanto à limpeza e higiene urbana, admitiu que é uma preocupação para a qual urge encontrar soluções.

Relativamente à questão da segurança, referiu que foi estabelecido um objectivo tendo em vista a criação de um conjunto de equipamentos policiais, havendo na altura quem achasse que

seria impossível de executar, mas esse reforço é uma realidade. Foi feita a esquadra de Alfofnelos. Está adjudicada a esquadra da Brandoa. A esquadra da Venda Nova, apesar de não constar do Protocolo, está em vias de resolução. A esquadra da Damaia e a Divisão da PSP de S. Brás, estão em processo de adjudicação, pelo que durante o mandato vão ser cumpridos os objectivos propostos nesta matéria. Informou que, no âmbito da segurança, existe um programa, chamado Escola Segura, para a qual existia apenas uma viatura para apoio e neste momento existem três, e com a colaboração dos empresários, estão prontas para entrega mais duas.

Quanto à questão da Feira da Brandoa, informou ter-se realizado uma reunião com a Associação e o Vereador do Pelouro, onde foram discutidos os problemas existentes e respectivas soluções, esperando as medidas do Vereador no sentido de melhorar o sistema de funcionamento da Feira. No entanto, disse, que por um lado não se pode pedir a intervenção policial e da fiscalização, e por outro, criticar quando a fiscalização os notifica para cumprir as regras, nomeadamente o pagamento estipulado. Por fim, informou ter sido levantado inquérito para apurar o que se havia passado no Leilão dos lugares da Feira, pois não se podia tolerar qualquer tipo de distúrbios.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu este período por encerrado.

VI - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS

O Senhor Presidente da Assembleia informou que havia chegado à Mesa uma Moção, apresentada pela bancada da CDU, relativa à reestruturação das carreiras da Administração Pública, a qual foi lida pela Senhora Primeiro Secretário.

Após esta leitura, o Senhor Presidente da Assembleia lembrou, que nos termos do artigo vinte e um, do actual Regimento, cabe à Mesa admitir ou não as iniciativas da Assembleia. Nestes termos, o Senhor Presidente da Assembleia declarou, que a Mesa havia deliberado admitir a presente Moção, pelo que estavam abertas as inscrições para a sua discussão, tendo-se inscrito os Senhores António Tremoço, José Teodoro, Alves Nunes, Jaime Garcia, a Senhora Maria Luisa Jubilado, os Senhores Armando Paulino, Luis Guarita e António Filipe.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O Senhor António Tremoço, na sua intervenção, referiu que a Moção era clara quanto aos objectivos, sendo o primeiro, manifestar preocupação em relação aos trabalhadores, pois são colocados em situação discriminatória, e o segundo em relação aos municípios, na medida em que o Governo não disponibilizou as verbas necessárias à reestruturação das carreiras.

O Senhor José Teodoro, na sua intervenção, perguntou à bancada da CDU, autora da Moção, se veria algum inconveniente em estender esta Moção a toda a função pública. Relativamente ao tema da Moção, considerou que nunca se cometeram tantos atropelos entre os trabalhadores. O Diploma contém contradições, provocando confusão na sua interpretação, incidindo não numa reestruturação mas de ajustamentos de índices e de escalões. Finalmente, informou que a sua bancada iria votar favoravelmente a Moção por a considerar muito realista.

O Senhor Alves Nunes, na sua intervenção, esclareceu que a Moção visa a Administração Pública em geral, muito embora incida mais sobre a Administração Local. Referiu, que os diplomas foram publicados em 31 de Dezembro/98, com efeitos retroactivos a Janeiro/98, e era previsível, no caso concreto da Junta de Freguesia da Venteira e pelas contas efectuadas pelos funcionários da Junta, esses retroactivos atingirem os dois mil e oitocentos a três mil contos, ficando-se apenas pelos mil novecentos e cinquenta contos, dando bem ideia da frustração causada nos funcionários, cujos retroactivos são irrisórios, mas provavelmente irão levar à mudança de escalão do IRS, e no fim do ano ainda terão de pagar mais do que receberam. Referiu, que esta situação afectava todos os municípios do País, de tal maneira que o Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses reivindicou do Governo uma verba na ordem dos quatro milhões e meio de contos, atendendo que estas importâncias não estavam previstas nos Orçamentos dos municípios.

Após esta intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em virtude desta Moção falar de um assunto que afectava a Câmara Municipal, convidou o Senhor Presidente da Câmara a usar da palavra, ao que este acedeu.

O Senhor Presidente da Câmara, considerou justo que o Governo transferisse para as autarquias locais um conjunto de verbas. O município da Amadora teve, com esta reestruturação, um custo aproximado de duzentos mil contos, e apesar da Câmara não contar com a despesa, teve capacidade financeira para a pagar e os serviços conseguiram processar os pagamentos nos vencimentos de Janeiro.

O Senhor Jaime Garcia, na sua intervenção concordou, na generalidade, com a Moção mas, considerou que alguns pontos não estavam correctos, lembrando os autores da Moção que havia sido este Governo a ter coragem de acabar com boa parte dos trabalhadores em recibo verde.

O Senhor Alves Nunes, voltou a intervir para esclarecer o plenário quanto a alguns pontos da Moção em apreço.

O Senhor Presidente da Assembleia, usou da palavra para informar que havia dado entrada na Mesa um Requerimento, subscrito pela bancada da CDU, a solicitar o prolongamento, nos termos regimentais, do período de Antes da Ordem de Trabalhos. O Requerimento, foi de imediato colocado à votação, sendo aprovado por maioria, com 33 votos a favor e 1 voto contra (Documento anexo à presente Acta).

Após a votação, o Senhor Presidente da Assembleia ausentou-se da sala, tendo assumido a Presidência da Mesa a Senhora Primeiro Secretário.

A Senhora Presidente da Mesa usou da palavra para informar, que havia dado entrada na Mesa um segundo Requerimento, subscrito pelo Senhor Luis Francisco Fernandes, no sentido de se passar de imediato à votação da Moção, com prejuizo dos restantes oradores inscritos. O Requerimento, foi de imediato colocado à votação, sendo rejeitado, com 18 votos contra e 14 votos a favor (Documento anexo à presente Acta).

A Senhora Maria Luisa Jubilado, na sua intervenção, manifestou a sua satisfação por a Câmara ter pago ao pessoal.

O Senhor Tremoço de Brito, voltou a intervir, para dizer que ao apresentar a Moção não era intenção da bancada, gerar polémica, mas apenas constatar um facto, tendo em conta algumas preocupações, nomeadamente em relação aos trabalhadores e aos Municípios. Por fim, manifestou a sua congratulação pelo facto da Câmara ter tido capacidade financeira para pagar aos seus funcionários, constatando-se com isso, que afinal a situação económico-financeira da Câmara não estava tão mal quanto o apregoadado.

Neste momento, o Senhor Presidente da Assembleia reassumiu a presidência da Mesa, tendo dado a palavra ao Senhor Armando Paulino.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

O Senhor Armando Paulino, na sua intervenção, agradeceu o louvor prestado pelo Senhor Tremoço de Brito ao constatar que ao fim de um ano de mandato, a Câmara teve dinheiro para pagar as verbas da reestruturação das carreiras. Manifestou a sua concordância em se reclamar do Governo, as verbas necessárias para suportar os custos, e por fim, referiu que a critica feita ao PSD é uma critica, aplicável a um outro Partido que não áquele que foi Governo durante dez anos.

O Senhor Luis Guarita, na sua intervenção, disse ter percebido qual o conceito de reforma do PS, que é reformar e não fazer nada mas, disse, para o PSD, reformar é trabalhar, melhorar e fazer alguma coisa pelo País. Foi o que fizeram durante dez anos.

O Senhor Armando Paulino voltou a intervir para apelar à Assembleia no sentido de esta gerir o seu tempo, por forma a permitir a discussão dos problemas essenciais da Amadora.

O Senhor José Teodoro, voltou a intervir para dizer que não só os problemas do Concelho são importantes.

O Senhor Alves Nunes, voltou a intervir para dizer que concordava que se deveria discutir em primeiro lugar, os problemas do Concelho, mas havia que se manter alguns principios, pois sempre foi dada amplitude para a discussão dos diversos assuntos.

O Senhor António Filipe, na sua intervenção, disse que se não houvessem mais intervenções sobre a Moção, seria preferível optar-se pela sua votação, pois a sua intervenção não tinha a ver com esta, pelo que não seria vantajoso a mistura de matérias, no entanto alertou que não prescindia do seu direito a intervir.

O Senhor Presidente da Assembleia, face à sugestão do Senhor António Filipe, e não havendo mais inscrições para discussão da Moção, colocou-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos 36 Membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

Finda a votação, o Senhor Presidente da Assembleia informou que dera entrada na Mesa um Voto de Pesar, subscrito pela bancada do PS, relativo ao falecimento de Octávio Pato, o qual foi lido pela Senhora Primeiro Secretário.

Ch. L.
Armando

Finda a sua leitura, o Senhor Presidente das Assembleia, abriu inscrições para discussão do Voto de Pesar, e não havendo qualquer inscrição, foi o mesmo sujeito a votação, sendo aprovado por unanimidade dos 35 Membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

Por proposta do Senhor Presidente da Assembleia, foi prestado um minuto de silêncio em memória de Octávio Pato.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia informou que estavam abertas as inscrições para intervir neste período, tendo-se inscrito os Senhores António Filipe, Luis Francisco, Mário Ventura, Rodrigo Gonçalves, José Fernandes, Joel Monteiro e Luis Guarita.

O Senhor António Filipe, na sua intervenção, agradeceu aos proponentes o Voto de Pesar em memória de Octávio Pato. De seguida, falou sobre o problema do lixo, dizendo ter sido noticiado pelo Vereador Carlos Silva que este sector iria ser privatizado, o que suscitou protestos por parte dos trabalhadores afectos a esse serviço, tendo sido inclusivamente divulgado um Pré-aviso de Greve, mas que felizmente não se irá realizar, em consequência de uma reunião entre o Vereador e os trabalhadores. Face a este problema, disse entender que a Assembleia devia ser informada, pelo que fez as seguintes perguntas: “Face ao anúncio da privatização, qual é a posição da Câmara Municipal? Qual é o ponto da situação e que resultados é possível anunciar da reunião que se realizou com os trabalhadores e que compromissos a Câmara assumiu perante as propostas por eles feitas, no sentido de melhorar a recolha? E finalmente uma terceira pergunta: o Jornal “O Público” publicou uma notícia sob o título “Câmara da Amadora acusa sindicalistas”, que a certa altura refere que um adjunto do Presidente da Câmara teria dito que o comportamento de alguns trabalhadores, entre os quais sindicalistas, só pode ser entendido como boicote ou como desleixo.” Considerou a notícia um insulto para os trabalhadores, pois se há algo a dizer do trabalho que desempenham, a forma de reagir é o procedimento disciplinar, pelo que perguntou ao Senhor Presidente da Câmara o que tinha a dizer relativamente ao conteúdo da notícia?

O Senhor Luis Francisco, na sua intervenção, falou sobre as condições de trânsito no Casal de S. Brás e na Brandoa (Rua Luis Vaz de Camões), em que as últimas alterações não foram as mais indicadas. Falou sobre o Palácio da Brandoa, alertando para o facto de na última desocupação, não terem sido fechadas as entradas, permitindo o seu uso como lugar de “pernoita”. Alertou, para o facto das novas estações da CP terem sido abertas, sem que se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

tenha procedido aos arranjos exteriores. Solicitou a retirada do Concelho de todas as placas toponimicas que tenham o brasão de Oeiras.

O Senhor Mário Ventura, na sua intervenção, sugeriu que as comemorações deste ano do 25 de Abril, fossem alargadas, introduzindo outros actos, nomeadamente um tema: "A Juventude", sugerindo que a Assembleia distribuisse livros pelas escolas, e que escrevesse uma mensagem, apesar das limitações financeiras da Assembleia.

O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu as sugestões do Senhor Mário Ventura, considerando que a Comissão Permanente, em devido tempo, tomará em consideração a proposta.

O Senhor Rodrigo Gonçalves, na sua intervenção, falou sobre o problema da recolha do lixo, referindo que o problema já dura há muitos anos, considerando que a actual Câmara tem tido a preocupação em o resolver, independentemente da questão da privatização. Achou injustas algumas criticas efectuadas, quer nos jornais, quer em algumas Assembleias de Freguesia e Municipal, em relação ao trabalho desenvolvido, pelo que pediu ao Senhor Presidente da Câmara que, mais uma vez e de uma forma exaustiva, explicasse quais os objectivos e projectos futuros para resolver o problema.

O Senhor José Fernandes, na sua intervenção, falou sobre a Escola Superior de Teatro e Cinema, dando conta que não existem contentores do lixo em número suficiente, os quais já eram escassos para a população residente, tendo piorado agora que a Escola entrou em funcionamento, pelo que solicitou a colocação de mais alguns.

O Senhor Joel Monteiro, na sua intervenção, a propósito da Estação da Reboleira, perguntou o que se passava com a abertura do Túnel da Avenida do Brasil. Falou sobre a urgente necessidade do rebaixamento da via de acesso ao parque de estacionamento subterraneo. Falou ainda, sobre o reordenamento do trânsito na Falagueira, aquando da abertura em definitivo da Estação da Reboleira, pelo que perguntou qual o ponto da situação. Falou também, sobre a Urbanização dos Arcos, na Avenida do Brasil, em que deveria ter sido feito um espaço verde e um parque infantil, e perguntou quais as iniciativas tomadas, junto do urbanizador, no sentido da sua concretização. Finalmente, questionou sobre o encaminhamento dado à proposta do executivo da Junta, na qual atribuía vários nomes a diversas ruas e praças daquela urbanização.

O Senhor Luis Guarita, na sua intervenção, falou sobre a privatização da recolha do lixo, considerando que não há qualquer problema que ela ocorra, se com isso se garantir um melhor serviço para a população.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu este período por encerrado.

VII - PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS

1 - Apreciação, nos termos da alínea d) do nº.1 do Artº. 39º. do Dec.-Lei nº. 100/84, de 29 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 18/91, de 12 de Junho, da *informação escrita do Presidente da C.M.A. sobre a Actividade Municipal*;

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para introdução formal da Informação escrita.

O Senhor Presidente da Câmara, falou sobre a recolha do lixo e sobre a privatização do serviço, dizendo que este assunto encerra diversos problemas de organização – SAGS, DOM, DSU, e funcionamento, o que tem dificultado, nomeadamente a aquisição de peças para as viaturas, pelo que não ia desautorizar nem retirar nada do que o seu adjunto havia declarado. Para ilustrar essa situação, deu como exemplo, para a qual já havia mandado levantar inquérito: Havia recebido um ofício de uma Junta de Freguesia, acompanhado de uma factura no valor de cinco mil escudos, relativa à compra de um rolamento para uma fritadeira de uma escola primária. Falou com a Directora da Escola, que o informou que um funcionário, já identificado, ter dito que a Câmara não tinha dinheiro para a reparação, pelo que só a efectuaria, caso a Directora lhe desse o dinheiro para a compra da peça. Disse o Senhor Presidente não poder tolerar este tipo de comportamento, pois não dão uma imagem positiva, nem do trabalhador, nem da Câmara.

Relativamente à questão do Palácio da Brandoa, informou que o mesmo não foi adquirido pela Câmara, mas que o realojamento já foi praticamente todo realizado, com excepção de uma pessoa, para a qual há um compromisso, por parte da Secretaria de Estado da Habitação,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

para a realojar. Desconhecia que não estavam a ser emparedados os fogos, pelo que iria tomar medidas por forma a impedir a pernoita de toxicodependentes.

Nas obras da REFER, foram em tempos assumidos alguns compromissos, que a REFER não quer cumprir, porque foram verbais. Disse ter enviado uma proposta, focando várias questões: o quiosque na Avenida General Humberto Delgado/Pedro Alvares Cabral; Troço Norte Avenida General Humberto Delgado parte final de ligação com Avenida Pedro Alvares Cabral; muro de suporte da Rua de Díli; substituição dos postes de alta tensão; esgotos da Rua Elias Garcia e alargamento das faixas; o silo subterrâneo para estacionamento, na Damaia; parque de estacionamento das Palmeiras; Rua das Fontainhas; Mercado Novo da Damaia; passeio pedonal entre as Estações da Damaia e Santa Cruz; Aqueduto das Águas Livres; construção da passagem superior entre a Rua 25 de Abril e a Rua Duarte Pacheco Pereira; zonas exteriores da Estação de Santa Cruz; nó de ligação na Avenida D. Carlos I; Interface de transportes públicos do lado sul; lado norte da Estação; nó da Reboleira Norte com a Avenida do Brasil; os arranjos exteriores da Estação da Reboleira e todas as pavimentações que a REFER destruiu. Para além destas questões, mais duas: O Posto de Abastecimento de combustível da Reboleira, porque a REFER insiste, que se a Câmara não ajudar a resolver o problema, coloca o posto no mesmo local. (...) Incluiu ainda, o rebaixamento da via, porque o parque de estacionamento tem uma entrada de cerca de meio metro abaixo da rua, o que torna impossível o seu acesso. Finalmente, informou ter dado como prazo para assinatura do documento, até ao mês de Fevereiro.

Relativamente à intervenção do Senhor Luis Francisco, as Estações da Damaia e Reboleira abriram com as condições mínimas, tornando-se necessário que a REFER cumpra com os seus compromissos. Em relação aos Alvarás, estes foram passados com obrigações claras para os urbanizadores. Verifica-se que as mesmas não são cupridas, pelo que informou estarem a ser estudados todos os Alvarás. Caso os urbanizadores não cumpram, disse, serão executadas as respectivas garantias.

Foi dada a palavra à Senhora Vereadora Helena Bastos, para exercer o direito da resposta. Assim, confirmou que acompanhou algumas vezes a recolha nocturna, porque entendeu

necessário, mas nunca foi mediático porque nunca se fez acompanhar por jornalistas e nunca deu entrevistas sobre a matéria.

Dada a palavra ao Senhor Vereador Carlos Silva, prestou esclarecimentos sobre o problema do lixo, faltas de viaturas, dificuldades de aquisição de novos equipamentos e de recrutamento de pessoal. Face às dificuldades, cumpre à Câmara tomar medidas, nomeadamente considerar a hipótese da privatização dos serviços. Informou, que as propostas apresentadas pela Comissão Sindical, estão a ser analisadas pelos técnicos, e considerou deselegante que a Comissão Sindical, em fase de negociações, venha para os jornais afirmar que vão fazer uma auditoria à gestão dos serviços da Câmara. Afirmou que, quem irá pedir a Auditoria será ele próprio, no sentido de se apurar o estado das coisas, nomeadamente saber porque motivo as viaturas qu entraram no representante, para pequenas reparações, em Agosto, em Fevereiro ainda não foram reparadas, saber porque motivo, peças que custam meia dúzia de contos, tendo sido pedida a sua aquisição em Julho, ainda não chegaram, o porquê de determinados concursos demorem um ano, o porquê de ajustes directos demorem quatro a cinco meses. No âmbito das auditorias, iria também pedir à Câmara que, relativamente à liberdade sindical, tome medidas, seja no que toca ao número de delegados sindicais, seja ao número de plenários feitos em horário de trabalho, já que a Lei permite quinze horas por ano, e são realizados cerca de quinze plenários por ano. Por outro lado, disse, o número de horas que os delegados sindicais gastam em actividade sindical, pois existe uma deliberação “peregrina” de 1982, que confere a cada delegado sindical, cinco horas, vezes o número de sindicalizados que existiam na altura (cerca de mil), ou seja se os delegados sindicais não quiserem trabalhar, não trabalham.

Após estas intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para intervenção neste ponto, tendo-se inscrito os Senhores Alves Nunes, António Filipe, Marques Pedrosa, João Vieira, Luis Guarita e José Teodoro.

O Senhor Alves Nunes, na sua intervenção, pediu que do resultado das eventuais auditorias realizadas, seja dado conhecimento à Assembleia. Felicitou o Senhor Presidente da Câmara por ter emitido o Despacho número dez, barra noventa e nove, no qual é estabelecido o prazo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

de oito dias úteis para que a Câmara emita esclarecimentos e informações aos munícipes. Ainda a propósito de burocracia e do peso da “máquina”, falou sobre as viaturas abandonadas, sem matrícula, perguntando se era necessário virem especificadas em Edital? Sobre as viaturas para venda, estacionadas na via pública, a Polícia, disse, não dispõe de legislação para actuar, a não ser sobre aqueles que estão em contravenção ao Código da Estrada. Informou ter enviado um ofício ao Comandante da PSP, para o qual solicitou o apoio do Senhor Presidente da Câmara, no sentido da PSP, actuar quando uma viatura para venda está estacionada no passeio, pois a mesma está a retirar visibilidade, e não é isso que a Polícia está a fazer. Alertou para o compromisso de acabar, até ao Natal passado, com o anarquismo da venda ambulante na Avenida da República, o que ainda não aconteceu. Para terminar, falou sobre a iluminação de Natal, a qual ainda não foi retirada existindo fios eléctricos pendurados, à mão de qualquer cidadão.

O Senhor António Filipe, na sua intervenção, afirmou que a questão do lixo é política. Considerou que a intervenção do Vereador Carlos Silva põe em causa direitos que os trabalhadores conquistaram.

O Senhor Marques Pedrosa, na sua intervenção, referiu que a recolha do lixo foi em tempos privada, com a ex-SEMAT. Tendo-se verificado que não resultava, a Câmara de então resolveu municipalizar este serviço. Por fim, pediu ao Vereador Carlos Silva, que averiguasse, dos mais de trezentos concelhos do País, quantos recorreram à recolha privada.

O Senhor João Vieira, na sua intervenção, referiu que o Vereador Carlos Silva, apenas se limitou a dizer que o serviço, em termos públicos não funcionava e que havia de inverter o processo. A sua constatação é igual à que qualquer munícipe faz, é que efectivamente há alguma coisa que não funciona. Quanto à responsabilidade, disse acreditar, que a seu tempo, os Vereadores serão responsabilizados politicamente, por aquilo que, em termos de gestão foi ou não foi capaz de fazer. Foram eleitos para gerir o destino do Concelho e se a privatização vem resolver os problemas então, dever-se-á optar por ela. Quanto à questão do trânsito, falou sobre a alteração da Avenida Santos Matos/Rua Elias Garcia/Avenida 11 de Setembro,

Chad.
A. Rodrigues

dizendo não ter havido bom senso, na medida em que a mesma não veio descongestionar o centro da Amadora, antes pelo contrário (...).

O Senhor Luis Guarita, na sua intervenção, afirmou que os políticos foram eleitos para propôr soluções, e se até agora o serviço público falhou, há que propôr uma solução diferente. A propósito dos direitos legítimos dos trabalhadores, disse, não terem sido postos em causa, apenas ouviu um conjunto de denúncias que retratavam os atropelos à lei.

O Senhor José Teodoro, na sua intervenção, declarou que as actuais dificuldades do executivo, relativamente ao equipamento necessário para a recolha do lixo, é o resultado dos erros cometidos nos mandatos anteriores, pois no momento necessita-se de equipamento e não há, deseja-se fluidez nos procedimentos e não existe, pelo que concluiu não ver nenhum mal na privatização, tendo em vista complementar os serviços municipais e sem pôr em causa os direitos e garantias dos trabalhadores do sector. Falou sobre o problema do estacionamento na via pública de viaturas para venda, dizendo que a Câmara pode actuar, nos termos em que actua para a venda ambulante, pois neste caso, quando há venda fora dos locais licenciados, esta pode intervir. Trata-se, disse, de uma actividade económica não licenciada, com recurso à via pública, sem que para isso possuam a devida licença, é geradora de lucros, e priva os cidadãos do estacionamento. Congratulou-se pela medida tomada relativamente à gratuitidade do estacionamento para residentes. Sugeriu, que nos locais em que há viaturas para venda, fossem colocados parcómetros. Finalmente, chamou à atenção pelas condições de degradação do pavimento no Concelho.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para informar que a Câmara ainda não havia debatido a questão da privatização da recolha do lixo, pelo que a mesma ainda não tem posição definida.

Sobre as viaturas abandonadas, informou ter solicitado aos serviços um levantamento, do qual constam quatrocentos e vinte e três pedidos de intervenção, dos quais trinta e seis foram arquivados, porque as viaturas já não se encontravam no local. Das restantes trezentas e oitenta e sete, comportam várias situações, que vão desde dezoito viaturas em Alfragide, à Damaia com noventa e quatro. Foram solicitados cento e vinte e seis pedidos de identificação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

de propriedade, cento e vinte têm processo de notificação. Foram emitidas oitenta e quatro notificações por edital. Para remoção coerciva de viaturas, foram remetidas cento e seis citações aos serviços, das quais já foram removidas quarenta e uma. Conclusão, foram retiradas do local, voluntária ou coercivamente, cento e setenta e seis viaturas. Quanto à questão do processo burocrático, há solução, já adoptada pela Câmara de Cascais, na qual se coloca um aviso na viatura, e ao fim de quarenta e oito horas, tenha ou não matrícula, se a mesma permanecer no local, é rebocada. Correm-se alguns riscos, mas o sistema funciona. Quanto às viaturas para venda e estacionadas na via pública, a Câmara não tem capacidade para actuar, tem de ser a PSP, e esta nem sempre está disponível. Têm sido feitas algumas diligências junto do Comandante, porque entende-se que a PSP tem um conjunto de condições que permitem o rebocamento de viaturas mal estacionadas. No entanto, a Câmara irá actuar, no sentido da colocação de parcometros. Isto só é possível, disse, tendo em conta a construção de parques de estacionamento subterrâneos e a concessão de parques de superfície, cujos concursos vão ser lançados, em que, além de criar lugares de estacionamento, evitam-se os stands de via pública. Após a adjudicação, o prazo de execução é de dois anos, e uma das condições do concurso é a isenção do pagamento para residentes. Com estas concessões, a Câmara irá receber quinze por cento de receita bruta. Quanto ao problema do trânsito na Avenida de Santos Matos, concordou com o Senhor João Vieira, considerando que o trânsito se deveria processar no sentido inverso àquele que está. No âmbito da Venda Ambulante, informou que existia, desde o mandato anterior, um documento assinado pela Vereadora do Pelouro da altura, dando instruções à PSP para não actuar sobre os vendedores. Neste mandato, foi remetido um ofício à PSP para que a mesma actuasse. Por último, e quanto ao estado de conservação das ruas, referiu que o inverno foi mais rigoroso, e há um conjunto de arruamentos, cujo estado degradado se deveu à intervenção das empresas, nomeadamente a REFER, que terão de proceder à sua reparação. Por outro lado, disse, há vias nacionais da responsabilidade da JAE, em que a Câmara já entrevistou, mas nunca recebeu qualquer importância para suportar esses custos.

Foi dada a palavra ao Sennhor Vereador Carlos Silva, que disse assumir todas as responsabilidades das suas acções, no final do mandato. Quanto à questão dos trabalhadores,

disse não se estar a referir aos trabalhadores do sector da recolha, referia-se a alguns trabalhadores da Câmara. No sector de recolha do lixo há trabalhadores que fazem milagres, pois cerca de cento e vinte funcionários recolhem diariamente cerca de duzentas e cinquenta toneladas de lixo com apenas sete ou oito viaturas. A Amadora, explicou, tem cerca de vinte e quatro quilómetros quadrados com um tecido urbano muito denso em que a população flutuante diária é cerca de trezentos e cinquenta a quatrocentas mil pessoas, fora os milhares de pessoas que circulam pelo concelho.

Foi dada a palavra à Senhora Vereadora Helena Bastos, para dizer que estava previsto que a incineradora de S. Julião da Talha arrancasse em Fevereiro/Março. O atraso das infraestruturas da incineradora foram prejudicadas devido à EXPO98. Também a Estação de Transferência de Vale do Forno, onde o lixo da Amadora será depositado, sofreu atrasos, de tal forma que só para o próximo ano, a central será construída. A Central de Gestão Anaeróbica, a Câmara anterior soube da intenção, através de um contacto da Valorsul, porque houve excedente de dinheiro do II Quadro Comunitário de Apoio. Ocorreu um aumento de capitação do lixo na área metropolitana de Lisboa, o que fez com que a Central incineradora, que se perspectivava com três linhas de queima, para os próximos dez anos, ela ficaria saturada logo nos primeiros cinco anos.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para, ainda no âmbito da recolha do lixo, considerou que tinha havido falta de visão estratégica, porque se aderiu a uma associação em que envolve Lisboa, Loures e Vila Franca de Xira e não se aderiu a uma outra, com a qual a Amadora já tinha ligações e serviços comuns – Oeiras, Sintra e Cascais. Considerou ser necessário um aumento de circuitos, viaturas e trabalhadores, mas essa necessidade não se verifica apenas neste mandato. Quanto aos protocolos assinados entre a Câmara e a Valorsul, e a Câmara e a Saneste, estabelecem compromissos, em que a Câmara está a pagar, nomeadamente afluentes, tratamento e depósito de lixo.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu este ponto por esgotado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Dado o adiantado da hora, o Senhor Presidente da Assembleia, deu a Reunião por encerrada às 02.00 horas.

António Z. Costa
H. Pereira

Costa
H. Pereira